

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Especialização em Imagens e Culturas Midiáticas

**A RELAÇÃO HOMEM - MEIO AMBIENTE NO DISCURSO DO
SUPLEMENTO JORNALÍSTICO JB ECOLÓGICO**

Rúbia Guimarães Piancastelli

Belo Horizonte

2009

Rúbia Guimarães Piancastelli

**A RELAÇÃO HOMEM - MEIO AMBIENTE NO DISCURSO DO
SUPLEMENTO JORNALÍSTICO JB ECOLÓGICO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Imagens e Culturas Midiáticas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Imagens e Culturas Midiáticas.

Orientador: Paulo Bernardo Vaz

Belo Horizonte

2009

Rúbia Guimarães Piancastelli

A relação homem - meio ambiente no discurso do suplemento jornalístico JB Ecológico

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Imagens e Culturas Midiáticas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Imagens e Culturas Midiáticas.

Paulo Bernardo Vaz (Orientador) – UFMG

Elton Antunes – UFMG

Delfim Afonso Jr. – UFMG

Belo Horizonte, 09 de dezembro de 2009

*A meus pais pelo incentivo ao estudo e o amor incondicional,
professores da UFMG pela troca de valores e conhecimento
e a todos aqueles que buscam contribuir para um mundo melhor.*

RESUMO

Esse artigo traz uma análise de como a relação homem-natureza é representada nos discursos do mais tradicional suplemento de jornalismo ambiental do Brasil: o JB Ecológico, do Jornal do Brasil (desde 2002). Durante o trabalho com 13 textos da edição 94, do mês de novembro/2009, foram observados os possíveis sentidos, a presença de inter e intradiscursos, lugar social e discursivo, o dito e o não-dito que permeia a relação homem-natureza. Constatou-se um constante atravessamento dessa relação pelo viés econômico e a presença de contradições e inter-relações entre os lugares tanto do homem quanto da natureza. As construções narrativas (texto e imagem) contribuem para a conformação midiática de uma identidade do sujeito-homem, propondo tanto sua inserção quanto seu afastamento com relação ao meio ambiente. É marcante a tensão nessas relações e o predomínio do discurso de oposição entre os lugares ocupados. O artigo traz ainda apontamentos sobre a história e as funções do jornalismo ambiental, com olhar especialmente voltado para a questão educativa. Levanta-se a hipótese de que os discursos, no tocante à relação homem-natureza, ainda cooperam de forma tímida para a concretização da função educativa do jornalismo ambiental¹.

Palavras-chave: Jornalismo ambiental. Discurso. Natureza. Educação.

¹ Baseada na classificação de Wilson Bueno (2004).

SUMÁRIO

Resumo.....	05
Introdução.....	07
O jornalismo e sua especialização.....	08
O jornalismo ambiental e a função educativa.....	10
Relações homem-natureza, história e possibilidades.....	13
Discursos do suplemento e análise.....	15
Dados históricos e extra-discursivos.....	15
Sobre a análise do discurso.....	16
A) Predomínio do viés econômico permeando a relação homem-natureza.....	17
B) Conflitos na relação homem-natureza.....	19
Referências Bibliográficas.....	22
Anexo I.....	24

INTRODUÇÃO

O mundo atual, inserido no que muitos autores das ciências humanas chamam de era pós-moderna², carece de uma bagagem interdisciplinar de interpretações e, sobretudo, de uma grande sensibilidade e subjetividade para tratar de suas questões mais evidentes. Uma das esferas da pós-modernidade é representada pela comunicação, com seu poder abrangente e facetas múltiplas. Tal campo comunicacional tem, como um de seus principais representantes, a mídia, um conjunto formado por meios de comunicação, por constelações discursivas, pelo atravessamento constante de agentes, interesses, ideologias e outros elementos que integram e constroem o processo comunicativo.

A mídia pode ser analisada e criticada de acordo com suas características e atuação em determinados contextos, apontando caminhos para entender como os discursos são modelados até os sujeitos e como esses podem modificá-los. Segundo Douglas Kellner (2001), é necessário lançar um olhar crítico, sob os produtos midiáticos que circulam na sociedade pós-moderna e os efeitos gerados por eles, uma vez que

são muito complexos e mediados, exigindo estudos da origem e da produção de seus textos, da distribuição e da recepção desses pelo público e dos modos como os indivíduos os usam para produzir significados, discursos e identidades. (KELLNER, 2001: 142)

Dentre o leque de produtos da mídia plausíveis de serem analisados a partir da visão cultural multiperspectívica de Kellner, encontram-se os jornais – veículos impressos dirigidos a um público vasto e heterogêneo. Nele, múltiplas vozes e interesses podem ser analisados criticamente, sobretudo a partir dos discursos simultaneamente construtores e construtivos, sendo um canal fundamental da comunicação e das interações entre o jornal e os leitores.

² A definição de pós-modernidade aqui adotada corresponde à de Zygmunt Bauman (1998). “Nossa hora, contudo, é a da desregulamentação. O princípio de realidade, hoje, tem de se defender no tribunal de justiça onde o princípio de prazer é o juiz que a está presidindo”, (BAUMAN, 1998: 9).

O JORNALISMO E SUA ESPECIALIZAÇÃO

O jornal impresso – tal como conhecemos hoje, em termos de formato – surgiu no século XIX. Após as precursoras máquinas contínuas de fabricação de papel, seguidas das mecânicas que estrearam na produção do *Times*, em Londres (1814), finalmente o linotipo é desenvolvido pelo alemão Ottmar Mergentaller³. No Brasil, a imprensa começa oficialmente em 1808, com a impressão da Gazeta do Rio de Janeiro, órgão oficial do estado aristocrático.

O incremento da publicidade e o advento do telefone, ainda no século XIX, além da consequente multiplicação das agências de notícias, inseriram o jornal no sistema econômico. Após longos anos de embates linguísticos e estilísticos, caracterizados por elementos inerentes a cada época (como a política e tendências culturais), o jornal assume sua atual configuração: um veículo de massa, com um público igualmente extenso e variado, que tenta se reinventar constantemente para suprir múltiplas demandas sociais.

Dando um salto histórico para o período onde emerge o berço da linguagem jornalística atual, chega-se à década de 1950 e a uma das reformas mais expressivas concernente aos textos jornalísticos nos veículos impressos. Foi o Diário Carioca o responsável pela introdução de técnicas de redação norte-americanas que já eram largamente usadas nos países desenvolvidos. As características mais marcantes, segundo Lage (2006), foram: a adaptação do *lead*, a adoção de uma linguagem mais próxima à fala corrente e a adoção de pitadas de humor e ironia. Para uma forma de escrita conservadora, tais mudanças instauram uma era de modernização do jornalismo.

A nova maneira de redigir e pensar a estética gráfica chegou a diversos jornais nas décadas de 1950 e 1960, liderados pelo *Jornal do Brasil* (veículo tradicional fundado em 1891). O avanço, em termos de modernização, veio com lançamento do suplemento literário⁴. O caderno era caracterizado por uma “diagramação experimental surpreendente, veiculava ideias estruturalistas e publicava poemas concretos” (LAGE, 2006: 68). Reformas como a do *JB*, do jornal *Última Hora* – de Samuel Wainer, e do periódico *O Globo* – que contratou um copidesque para promover melhorias no texto noticioso, foram percebidas não só pelo aumento das tiragens, mas no prestígio adquirido por leitores de diversas classes. Ainda por volta de 1960 se marca o

³ Sobre as referências históricas dos jornais, foi consultado Lage (2005).

⁴ A origem mais remota dos suplementos está no Folhetim, com uma linguagem literária. Ver Travancas (1998) e Lage (2005).

início do jornalismo especializado, com o surgimento de revistas mensais⁵ como *Quatro Rodas* e *Realidade*, ambas editadas em São Paulo. Editada pela *Folha de S. Paulo*, em 1959, a *Ilustrada* deixa para trás os folhetins e gêneros literários.

Ao final dos anos 1970, influenciada pela crescente disponibilidade de recursos tecnológicos, a imprensa começa a recorrer a inovações nos modelos de produção e à adoção de possibilidades estéticas. São ressaltadas as cores, elaborados mais gráficos, desenvolvidos cadernos especiais ou suplementos diferenciados, enfim, lançado um conjunto de artefatos para dar mais atenção ao leitor. Sobre essa inserção dos novos elementos no jornalismo impresso, Jorge Pedro Sousa⁶ (2001) afirma que esse é um “processo de engorda que a imprensa sofreu, decorrente da proliferação das seções especializadas, dos suplementos e das páginas especiais.”

A estratégia de personalização dos conteúdos busca conquistar o público e estabelecer um processo de interação maior. Mesmo que submetidos às regras básicas do jornalismo⁷ e marcadamente enraizados nos fundamentos da comunicação de massa e na dinâmica mercantil de um jornal diário, os suplementos adquirem um valor muito além do “custo-benefício”. Como afirma Travancas, “é como se o jornal se valorizasse na valorização do seu leitor” (TRAVANCAS, 2000: 4).

Sob o guarda-chuva da globalidade de um jornal, o suplemento concilia a preservação de sua identidade e características próprias (seja o papel usado, cores, diagramação mais ousada, etc.) com a proximidade da identidade do jornal, como um todo. Numa visão geral sobre os suplementos, sua função e inserção nos jornais, Sousa afirma que:

a melhor forma de organizar internamente o conteúdo de um jornal talvez seja distribuí-lo em seções, suplementos e cadernos especiais, até porque a segmentação do público implica por parte dos jornais uma tentativa de dar respostas a distintos interesses pessoais e sociais que só consegue com a diversificação informativa (SOUSA, 2001: 400).

⁵ Lage observa que as revistas tem antecedentes notáveis como *O Cruzeiro* (1928) e *Manchete* (1952).

⁶ É pertinente lembrar que a referência de Jorge Pedro Sousa é a realidade portuguesa, inserida num contexto de atraso com relação às mesmas mudanças na Europa. Seu contexto é próximo, ainda que anterior, ao brasileiro.

⁷ Segundo Travancas, citando Rossi (1980), seriam essas regras a “clareza, objetividade e concisão” (TRAVANCAS, 2006:4)

O JORNALISMO AMBIENTAL E A FUNÇÃO EDUCATIVA

De pouco em pouco, os suplementos ganham o campo ambiental. A temática começou a surgir na mídia de maneira mais perceptível após a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, também chamada de Conferência de Estocolmo, em 1972. Com a descoberta do buraco na camada de ozônio, por volta dos anos 80, uma enxurrada de matérias volta a estampar jornais europeus. Enquanto isso, no Brasil, as preocupações se voltam para os problemas ambientais da Amazônia.

A realização de um dos maiores eventos que debateu questões ambientais no Brasil, a ECO/92, no Rio de Janeiro, repercutiu em discussões mais amplas. A ocasião inspirou o lançamento do primeiro suplemento com conteúdo majoritariamente ambiental que circulou durante nove anos (1992-2001): *Estado Ecológico*, publicado no jornal *Estado de Minas*, sob a supervisão do jornalista Hiran Firmino⁸.

Após o sucesso do caderno mineiro, outro destaque surge, o “JB Ecológico”, publicação cuja circulação iniciou em 2002, no Jornal do Brasil. O suplemento traz, em sua linha editorial, a promessa⁹ de dialogar com temas ambientais e sociais, cercado pelo olhar da sustentabilidade¹⁰.

Com o crescimento da demanda pelo trabalho com a temática ambiental, um novo tipo de jornalismo especializado aflora e se desenvolve aos poucos. De acordo com o jornalista Roberto Villar¹¹ trata-se de “uma tendência irreversível na imprensa mundial.” De fato, como aponta Villar, entidades de jornalistas especializados em meio ambiente começam a surgir nos anos 60, com a primeira organização situada na França. No Brasil, Randau Marques, o primeiro jornalista ambiental, é preso no mesmo ano em que acontece a Conferência da Biosfera, em Paris. Daí em diante, com características específicas em cada país, região e cultura, o jornalismo ambiental se desenvolve, ainda que a lentos passos.

A especialidade chamada jornalismo ambiental, segundo Wilson Bueno, é um lugar que deve “construir seu próprio *éthos*, ainda que partilhe parcela significativa do seu DNA com todos

⁸ Dado obtido na entrevista realizada pela Rede Ethos com o jornalista Hiran Firmino, em 26/05/2008, apontado como aqui como referência histórica, pois, em nenhuma outra bibliografia pesquisada para esse trabalho foi encontrada referência sobre um suplemento especializado em meio ambiente surgido anteriormente a esses.

⁹ Ao falar em promessa, ou contrato de leitura, entende-se um conceito desenvolvido por Patrick Charaudeau (2006), que pode ser utilizado no desenvolvimento do projeto de Mestrado, caso seja interessante e útil para chegar aos objetivos propostos por esse estudo.

¹⁰ Na capa do caderno JB Ecológico, lê-se: “Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Social (retirado da versão online: <http://jb.ideavalley.com.br>).

¹¹ Referência em Villar (ver bibliografia).

os jornalismo (...) que se praticam por aí” (BUENO, 2007: 36). Na definição de Bueno, o jornalismo ambiental se caracteriza pelas

matérias / colunas / editorias / cadernos sobre meio ambiente publicados na mídia de massa (imprensa de informação geral ou especializada) como nos veículos ou espaços (de produção jornalística) exclusivamente destinados a meio ambiente. (BUENO, 2007: 43)

Sobre tal especialização há ainda muitos questionamentos, onde autores e profissionais se dividem em opiniões quanto à necessidade de uma editoria separada ou não das demais. Para Norma Mafaldo (2007), o jornalismo ambiental está inserido no jornalismo científico, formando uma subárea. Já Liana John (2001) aponta que um se mantém a parte do outro, e que há um forte ativismo dos jornalistas ambientais, cuja tarefa é informar educando.

Independente de o jornalismo ambiental estar ou não inserido em outras temáticas é necessário entender o papel dessa modalidade. Bueno (2007) aponta três funções: a informativa, a pedagógica e a política. A primeira, diz do preenchimento da necessidade dos leitores de estar em dia com “os principais temas que abrangem a questão ambiental, considerando o impacto que determinadas posturas (...), processos (...) e modelos tem sobre o meio ambiente e, por extensão, sobre a sua qualidade de vida” (BUENO, 2007, p.35). A função pedagógica, chamada também de educativa, explicita “causas e soluções para os problemas ambientais e à indicação de caminhos (que incluem necessariamente a participação dos cidadãos) para a superação” (BUENO, 2007, p.35). Por último, a função política, entendida num sentido amplo que se relaciona com a “mobilização dos cidadãos para fazer frente aos interesses que condicionam o agravamento da questão ambiental” (BUENO, 2007, p.36).

Para dar conta dessa última função, Bueno aponta a necessidade de assumir determinadas características e singularidades, a começar pelas máximas do jornalismo como “compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento, com a ampliação do debate” (BUENO, 2007, p. 36). Dentre uma das exigências apontadas pelo autor está o uso da ferramenta jornalística para potencializar diálogos, compatibilizar visões, experiências e conhecimentos que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Assim, quando se fala em abordagem do tema sócio-ambiental, a responsabilidade dos comunicadores está além da competência em informar, mas também na capacidade de educar e conscientizar o público leitor. Como afirma Girardi, “este é o exercício inerente à profissão, e que

ganha uma carga extra de responsabilidade quando passamos a lidar com o tema ambiental” (GIRARDI, 2006, p. 2). Para, Liana John¹²

o papel desempenhado pelos jornalistas ambientais ultrapassa os limites da notícia e penetra no campo incerto da educação. Incerto para os jornalistas, que não tem, necessariamente, uma formação de educadores, mas acabam contribuindo para a formação de cidadãos ‘ambientalmente educados’ [...] ainda pretendem levar o leitor à ação. (MAFALDO, 2007)

A necessidade da educação ambiental foi colocada como objetivo mundial na própria Conferência de Estocolmo, de forma que envolvesse os cidadãos na solução de problemas ambientais. Para estabelecer diretrizes mínimas para a solução desses problemas, Marcos Reigota aponta como caminho

as interações intersubjetivas e comunicativas entre pessoas com diferentes concepções de mundo e relações cotidianas com o meio natural e construído; características de vida social e afetiva; acesso a diferentes produtos culturais; formas de manifestar as suas ideias; conhecimento e cultura; dimensões de tempo e expectativas de vida; níveis de consumo e de participação política (...). (RIGOTA, 1995, p.28)

A partir dessas reflexões é lançada a hipótese de que os discursos jornalísticos da mídia impressa (jornal), em sua temática ambiental, ainda são tímidos ou ineficientes em sua tarefa de educar e, indo além, mobilizar a sociedade em torno de temas e causas que digam respeito à responsabilidade socioambiental. As estratégias ainda parecem ser ineficazes para a construção de um discurso que estimule debates e promova uma real conscientização. E uma das linhas de estudo dessa conscientização diz de algo subjetivo, a relação sensível entre homem e natureza, afinal, só há introjeção de informações e possibilidade de ação para mudanças quando há identificação, responsabilização e comoção. A seguida, discute-se como isso pode se dar no discurso jornalístico.

¹² MAFALDO, Norma Maria Meireles. **Jornalismo ambiental, ativismo e educação no suplemento JB Ecológico**. 2007. Disponível em: <http://www.insite.pro.br/2007/49.pdf>.

RELAÇÕES HOMEM - NATUREZA, HISTÓRIA E POSSIBILIDADES

Para que os indivíduos se sensibilizem e se empenhem em prol de um mundo melhor, impulsionados pela educação ambiental – na escola ou na mídia –, eles precisam, primeiro, modificar seu olhar sobre o meio que os cerca e do qual fazem parte. Surge daí a necessidade de compreender algo básico como a relação homem-natureza nos discursos midiáticos.

Inserido em uma civilização contemporânea ocidental dependente da exploração de recursos, o sujeito é desafiado a estar em duas posições: uma de ‘explorador’, ao usar o ecossistema do qual faz parte e, por outro lado, outra de ‘cuidador’, ao preservar esse meio no qual está inserido. Trata-se não somente de uma necessidade de garantir a continuidade do uso desses recursos por gerações futuras, mas de preservar a própria espécie e as demais.

Para que tal fenômeno aconteça, é necessário inverter a lógica de uma relação problemática entre homens e natureza. Colocados em guerra desde os primórdios¹³, civilizações e meio ambiente ainda se reconciliam, após serem secularmente marcados por ligações “doentes” (geradas por guerras, revoluções, pregações religiosas, inchaços urbanos, processos de individualização, etc.). Como lembra Waldman,

já em longínquos passados, crises ambientais contribuíram para que diversas civilizações – entre elas a da Núbia e a do Zimbábue, na África; a do antigo Império Maia, na Meso-América; e a da ilha da Páscoa, na Oceania – entrassem em decadência e finalmente sucumbissem. Porém, em nenhum momento o destino da biosfera como um todo esteve colocado sobre risco. (WALDMAN, 2006, p.14)

Assim, embora a questão ambiental já estivesse colocada para os homens há muitos milênios atrás, é no século XX que se assiste à eclosão das discussões. Além de Waldman, sob o viés antropológico, colocam em pauta os questionamentos sobre valores, éticas e *modus vivendi* da contemporaneidade, autores como Edgar Morin, Enrique Leff e Cremilda Medina.

Baseada nas premissas da cultura de massa, citando Morin, a pesquisadora Taís de Andrade¹⁴ analisa o conteúdo ambiental de suplementos infantis de três jornais brasileiros, chamando atenção para relações e características desenvolvidas no âmbito social contemporâneo como fundamentais para pensar como os discursos se apresentam e como cumprem ou não uma

¹³ Keith Thomas (1988) aponta desde as palavras do *Genesis*, na Bíblia, que colocam a natureza a serviço do homem, onde a tarefa desse último é descrita como “encher a terra e submetê-la” (THOMAS, 1988: 17).

¹⁴ No artigo “Análise do Conteúdo Ambiental de Suplementos Infantis de Jornais Impressos”, publicado no II Encontro da ANPPAS, 23 a 26 de maio/2006 – Brasília/DF. Disponível on-line.

função de educação. Ao chamar a atenção para a problemática ambiental, a degradação do meio e a crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos, que surgiu nas últimas décadas como “crise da civilização, que questiona a racionalidade econômica e tecnológica dominantes” (ANDRADE, 2006, p.1), a autora recupera a noção de consciência ecológica, a começar dos meios de comunicação. Tal atitude é apontada como uma urgência que pode ter como início a “descoberta de que nosso ambiente não é simplesmente um fornecedor bruto de alimentação e energia.” (MORIN, 2003, In: ANDRADE, 2006, p.2).

Uma das grandes apostas para esse tipo de ensinamento é a educação ambiental, com seu intuito de tentar reduzir os entraves da relação homem-natureza. Reigota lembra que essa forma de educação “busca estabelecer uma nova aliança entre a humanidade e a natureza, desenvolver uma nova razão que não seja sinônimo de autodestruição, exigindo o componente ético nas relações econômicas, políticas e sociais.” (REIGOTA, 1994, p.58)

Uma das propostas de relação homem-natureza é a da harmonia dinâmica, definida por Boff como uma situação onde “os seres vivos e inertes, as instituições culturais e sociais, enfim, todos encontram o seu lugar, interagem, se acolhem, se complementam e se sentem em casa”. (BOFF, 1999, p. 136). Transposta para os meios de comunicação, a construção de uma narrativa que contenha essa ideia de maneira implícita ou explícita depende de vários fazeres e várias instancias interconectadas socialmente. Desde o conhecimento e engajamento do jornalista, até a penetração em linhas editoriais responsáveis, considerando sempre o contexto e outras forças intertextuais, esses conceitos e formas de ser no mundo podem ou não ser repassados para os leitores. Afinal, como cita Reigota, entre os recursos didáticos para a educação ambiental pode-se incluir os meios de comunicação de massa – daí a sua responsabilidade sobre o que é dito, publicado, sugerido. “Discutir em sala de aula artigos publicados na imprensa, programas e reportagens de televisão, entrevistas de radio, etc., é sempre muito enriquecedor.” (REIGOTA, 1994, p.48)

Outra visão sobre a importância de se pensar e agir de maneira sustentável, tendo em vista os problemas ecológicos vividos expressivamente na contemporaneidade, é a de Felix Guattari, para quem a solução está numa “autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais” (GUATTARI, 2001: 9). Como parte da mídia que se volta para a cultura de massa, certamente o jornalismo é uma das ferramentas que pode colaborar, em diversos níveis, com essa revolução.

Ciente de que a comunicação de massa e o jornalismo ambiental constituem apenas uma parte da chamada educação ambiental – que depende ainda de condições educativas, sociais, de saúde e qualidade de vida na sociedade –, reforça-se a importância e a contribuição a ser dada pelos meios de comunicação para a construção de um pensamento crítico e o estímulo de mobilizações e ações conscientes. Será que os veículos têm apresentado essas características em seus discursos? Veremos a seguir como se dá a relação homem-natureza nos textos de um importante suplemento veiculado semanalmente em um jornal nacional, análise que pretende subsidiar algumas reflexões sobre a função educativa do jornalismo ambiental no Brasil.

DISCURSOS DO SUPLEMENTO E ANÁLISE

Para possibilitar a análise dos discursos foi empregado o estudo de mesmo nome, considerado eficaz para discutir os efeitos de sentido¹⁵ dos textos. Foi feita uma análise de 13 reportagens jornalísticas do exemplar no. 94, ano 8, do JB Ecológico, pertencente ao Jornal do Brasil. Não foram analisados o editorial, capa, matérias pagas e assinadas por articulistas, pois essas narrativas envolvem outros olhares e análises extra-discursivas diversas. Foram analisadas as reportagens assinadas por jornalistas/repórteres dos veículos. Por último, ressalta-se que foram consideradas as imagens (fotos, infográficos e ilustrações) das reportagens, parte fundamental de sua narrativa.

Dados históricos e extra-discursivos

Produzido em Brasília desde 2002, pelo jornalista Hiran Firmino, o JB Ecológico circula toda última quinta-feira do mês, e tem tradição em reportagens exclusivas sobre as causas ambientais, abordadas de forma interdisciplinar, com discursos percebidos como engajados, a

¹⁵ “O sentido deve ser compreendido como algo que está sempre em curso, que se move e se produz por meio de determinações sócio-históricas. Daí a necessidade de se falar em efeitos de sentido, ou então, em efeitos de sentido entre locutores, com o sentido dependendo das relações que se estabelecem no cenário discursivo” (ZAMIN e SCHWAAB, 2007, p.35)

começar por seu editorial¹⁶. A partir da análise será possível caracterizar a abordagem das matérias jornalísticas no que tange às possíveis relações homem-natureza em seus discursos.

A respeito do suplemento escolhido e seu mês de veiculação, novembro, é de grande valia situar em que contexto circulou - próximo ao período que antecede a Conferência Climática das Nações Unidas em Copenhague (COP15), programada para iniciar em 07 de dezembro. Em meio a debates e questionamentos sobre políticas ambientais e interesses econômicos especialmente ligados às causas climáticas tendo em vista a COP15, situam-se também discussões sobre o papel do homem frente aos problemas ambientais, soluções, críticas, etc. Assim, considerou-se uma excelente oportunidade para observar, nas narrativas analisadas, a relação homem-natureza.

O JB Ecológico é o único de livre acesso para consulta na internet, em versão digital¹⁷.

Sobre a análise do discurso

Para o desenvolvimento da análise de discurso (AD) em que se baseou esse artigo, foram usadas as abordagens discursivas de Charaudeau (2006) e Orlandi (2007), ambas com referência clara na escola francesa de Pêcheux. Foi adotada a metodologia de pesquisa discutida por Bauer e Gaskell (2002), referenciada pelos conceitos de sentido, inter e intradiscursos, lugar social e discursivo, o dito e não-dito, trazidos também por Zamin e Schwaab (2007)¹⁸.

A AD empregada nesse artigo tem seu berço no final de 1969 (ZAMIN e SCHWAAB, 2007; BAUER e GASKELL, 2002) e parte de uma perspectiva que rejeita a noção realista de que a linguagem seja um meio neutro de refletir. Considera as narrativas e discursos construções opacas, e não uma pura abstração do texto como algo explícito. Trata-se de uma construção da vida social através da linguagem (seja ela visual ou puramente escrita). Vale ressaltar a proximidade original da AD de Pêcheux com as linhas de estudos marxistas (especialmente no tocante à ideologia) e psicanálise (referenciado principalmente em Lacan).

Reforça-se que, na metodologia de análise, foram usadas categorias para a codificação (organização das categorias de interesse) norteadas pelas seguintes perguntas de interesse: como se dá, na organização e contexto inerentes aos discursos das matérias, a relação homem-natureza?

¹⁶ Estudo feito pela jornalista e professora Mafaldo (2007), citado anteriormente.

¹⁷ Acesse e faça uma conta gratuita para navegar e desfrutar de todo o conteúdo: <http://jb.ideavalley.com.br>.

¹⁸ ZAMIN, Ângela e SCHWAAB, Reges. **Relações entre lugar discursivo e efeitos de sentido no discurso jornalístico**. Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. IV, n.º 01, - 1º semestre/2007. Florianópolis.

Quais são as leituras possíveis sobre essa relação? Após o estabelecimento das categorias, foi observado se havia ou não um padrão ou semelhança nos dados levantados, chegando à seguinte divisão: predomínio do viés econômico permeando a relação homem-natureza (A) e conflitos na relação homem-natureza (B).

Tentou-se entender como os discursos apresentados se colocam para os leitores e quais suas funções tendo em vista a relação analisada, importando assim com o conteúdo, organização e funções dos textos. Foram considerados os contextos e as relações sociais, políticas e culturais que permeiam e constroem os discursos. O trabalho foi desenvolvido com a ciência de que, em uma análise, o próprio analista oferece sua leitura, construindo sua interpretação sobre algo detalhadamente analisado. Seguem abaixo as impressões e conclusões consideradas mais significativas na análise.

A) Predomínio do viés econômico permeando a relação homem - natureza

Dos 13 textos analisados, somando um total de 37 páginas compostas por texto e imagens (55% do total do suplemento – ver Anexo I), boa parte apresentou fortes marcas de valores capitalistas – inerentes à contemporaneidade vivida. Consensos políticos e o modelo econômico em vigor são abordados implícita ou explicitamente, principalmente no especial sobre o Mato Grosso (matérias “Pragmatismo Verde” e “Fogo Sustentável”). No primeiro caso, são apresentadas as novas propostas políticas pelo governador do Mato Grosso, Blairo Maggi (que já foi chamado de “estuprador da Amazônia”), que anunciou metas estaduais de redução de desmatamento consideradas mais ousadas que aquelas propostas pelo governo federal. O clima do texto é de comemoração com as propostas, mas identificam-se pormenores problemáticos na linguagem e na construção do texto. Um exemplo é a motivação exclusivamente econômica que são pano de fundo dessas proposições, com a sobreposição clara dos valores humanos e do poder do homem sobre o da natureza.

“Blairo viu na mudança a oportunidade de acessar novos investimentos”/ “Não vamos sacrificar o desenvolvimento por nada”/ “Vamos remunerar os produtores rurais que contribuirão efetivamente com a redução do desmatamento”

Ora, é evidente que não só o sistema financeiro é preocupação como se evidencia o domínio do homem, especialmente produtores rurais, fazendeiros e donos de terras que norteiam, junto às autoridades, o desenvolvimento econômico local. Ainda que a tentativa de tornar as práticas menos agressivas ao ambiente – o que não se desconsidera como importante – o mote para a realização desse trabalho ainda não é a conscientização dos prejuízos a todo o Planeta, mas a urgência de adotar um modelo sustentável que será o único a vingar na economia, para que essa não seja abalada de forma drástica. Fica claro em frases e argumentos do tipo: “*O governador sentiu que é impossível garantir o crescimento econômico sem sustentabilidade.*” O que parece ser uma expressão comum e positiva por uma clareza atribuída ao governador, pode também ser lido como uma limitação, ainda presente no país, de políticos e empresários conceberem práticas sustentáveis apenas porque são inevitáveis e necessárias à sobrevivência da economia – e não diretamente da preocupação com a humanidade e o planeta que essa habita. Essa visão diz muito da presença do interdiscurso – aquele que é a repercussão social – nas reportagens jornalísticas.

Ainda nas matérias do especial sobre o Mato Grosso, identificou-se fragmentos do discurso com diferentes visões, positivas e negativas, sobre as ações do homem sobre a natureza, especialmente relacionadas a novos projetos e desmatamento, respectivamente. No *box* “Rota da devastação” fala-se mais claramente sobre o valor ecológico, por exemplo, da região amazônica, e não apenas como um conjunto de terras cobertas por mata sendo devastada.

Sobre o não dito, esse aparece em momentos como o da reportagem “Fogo Sustentável”, onde se explica um estudo de cunho científico – a Savanização – responsável por realizar testes e medições via queimadas planejadas em uma fazenda do MT. Apesar de dedicar algumas linhas à como esse trabalho é feito, não se observam explicações de detalhes que garantam a não-nocividade do trabalho desenvolvido. Novamente, o predomínio está no enfoque de importância econômica e principalmente, nesse caso, científica, novamente com o homem dominando a relação. Curioso ainda observar que o tom da matéria parece sugerir que, já que queimadas acontecem e continuarão a acontecer, é necessário fazer testes que embasem formas de lidar com ela, com seus estragos, suas dimensões, etc. Não se parte de pressupostos de não haver queimadas. O homem continua sendo o agente responsável pelo fogo, em uma relação de exploração, ainda que com objetivos aparentemente positivos nessa ação específica.

“Maior experimento com fogo em áreas tropicais do mundo” / “Informações essenciais sobre os prejuízos advindos das queimadas” / “Qual a melhor forma de preservar e recuperar áreas degradadas ou ainda as conseqüências das queimadas para o planeta.”

As imagens que compõem a comunicação visual da matéria acompanham essa ideia, ora mostrando cenários de agricultura, do homem extraíndo os frutos da terra, ou de belos cenários ambientais para compor o imaginário dos benefícios previstos com novas políticas ambientais.

B) Conflitos na relação homem - natureza

Lembrando novamente que o foco do artigo não é emitir qualquer juízo de valor com relação à veracidade ou qualidade das matérias analisadas, e sim o apontamento de formas discursivas e lugares ocupados pelo homem e pela natureza nas reportagens jornalísticas, aborda-se a seguir alguns dos conflitos percebidos na narrativa – marcas mais fortes no estudo.

A matéria “O Brasil é a última esperança” - única entrevista do suplemento, feita com o escritor e filósofo holandês Robert Happé - traz um viés mais humano do que ambiental. Ainda que as escolhas sobre perguntas feitas e edição de respostas privilegiem questões relacionadas ao ambiente (visto como puro e natural, fora da cultura, da construção), a essência da matéria está na proposta de autoconhecimento e iluminação trazidas por Happé. Para ele, essa é a única salvação para a humanidade (visão antropocêntrica onde o homem construiu esse mundo como o é e será também ele que o salvará – homem destruidor e construidor de tudo).

“O sistema no qual vivemos [...] não tem consideração com as pessoas” / “A vida é jornada para descobrirmos quem realmente somos”/ “Estamos na Terra para criar coisas bonitas”

Destaca-se em diversas reportagens a separação entre “Humanidade” e “Planeta/Terra”. Seja no corpo dos textos ou em legendas, identificou-se a clara distinção entre ambos, ainda que o primeiro habite o segundo. Na legenda da primeira imagem da matéria “O início de uma nova era” lê-se: *“A COP 15 poderá representar uma nova história, mais amorosa e sustentável, para a humanidade e para a Terra.”* O que parece normal se repete mais vezes, mostrando o quanto o discurso reforça separações como a distância colocada entre os seres e o planeta onde vivem.

Outro caso selecionado é o da matéria “Benção que vem do céu”, que fala das diferentes formas de relação do homem com a chuva, dependendo de sua localização geográfica e sua situação social. São estabelecidos lugares diferentes para o mesmo homem – um do semi-árido e outro o “nós” (repórter fala em 3ª pessoa) da cidade – e sua relação com a chuva. É claramente identificável uma relação problemática da personagem que faz o reaproveitamento da chuva com a natureza, quando essa diz ter “*a consciência tranqüila [...] sinto-me em paz com o meio ambiente.*” O ser humano carrega tal dívida com o meio agredido que, quando descobre formas de não interferir tão negativamente, sente-se “perdoado” ou “absolvido” pelo mesmo.

No especial sobre a COP15 os conflitos também são constantes. Adjetivações como “catastrófica” para dizer da interferência humana no ambiente, especialmente com relação ao clima, se mesclam com a definição de “mudanças climáticas” enquanto sujeitos que trazem prejuízos à humanidade. Relações antagônicas tentam dar conta de explicar os prejuízos que o modelo adotado pela civilização capitalista trouxe à natureza (que inclui todas as formas vivas, animais e vegetais, e seus recursos), no esforço tentar frear e reverter alguns danos. Essa lógica aparentemente simples é recheada de culpa, medo e ganância, e ainda está inserida num contexto que permanece sendo o do capitalismo, da exploração. A retórica parece circular, e realmente é: o capitalismo tenta se reinventar, mas permanece capitalismo. Esse pensamento abstraído da análise do discurso faz jus à sua interpretação de que toda narrativa construída tem suas marcas ideológicas acumuladas em séculos de história, o que permite relacionar diretamente texto e contexto. Não cabe aqui discutir o modelo socioeconômico, mas levantar sua inevitável presença nos discursos que circulam na sociedade.

Há ainda outros exemplos de conflito entre homem-natureza, e talvez três ou quatro amostras de como essa relação pode ser diferente, como na matéria de moda “Mergulho no verde”, que traz a fala “*voltando às raízes humanas e à natureza, retratando a floresta brasileira que extrapola o espaço físico e está presente em cada um de nós*”, ou ainda na legenda da imagem que ilustra o texto opinativo “Desejo e felicidade”, ao final do suplemento (única exceção aberta de análise por causa da legenda) – “*A convivência salutar com a natureza é a maior felicidade humana*”.

Concluindo, a análise do discurso feita aqui tenta apontar e reforçar a máxima que diz: a linguagem é construída e construtiva. Constrói e oferece cenários onde o homem e natureza se relacionam ou se refutam, estão interligados ou parecem distanciados pela história e contexto.

Considera-se, indo de encontro a Bueno, que o jornalismo ambiental deve oferecer toda essa diversidade de lugares, mas, principalmente, deve mostrar que esses lugares construídos são possibilidades a partir de diversos dados e reflexões, estimulando o conhecimento mais aprofundado daquilo que está estampado em suas páginas, letras e figuras. Deve promover, por fim, a educação ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Martin e GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Ambiental: navegando por um conceito e por uma prática**. 2004. Disponível em: <http://ecoviagem.uol.com.br/fique-por-dentro/artigos/meio-ambiente/jornalismo-ambiental-navegando-por-um-conceito-e-por-uma-pratica-1239.asp>

_____. **Jornalismo ambiental: explorando além do conceito**. Paraná: Editora UFPR, Desenvolvimento e Meio Ambiente, nº 15, p.33-44, jan/jun 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

GIRARDI, Ilza Torino; MASSIER, Carine; SCHWAAB, Reges Toni. **Pensando o Jornalismo Ambiental na ótica da Sustentabilidade**. Rio Grande de Sul: UFRGS, UNirevista – vol.1, nº3. Julho 2006.

GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

JOHN, Liana. Imprensa, meio ambiente e cidadania. **Ciência & Ambiente**. Santa Maria – Rio Grande do Sul: UFSM, Semestral, vol.1, n.1 (jul.1990), v.23, p.87-94 jul./dez. 2001

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia. Estudos culturais: identidades e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: EDUSC, 2001.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Editora Braziliense, 1994.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Porto, 2001. Disponível na Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e os seus efeitos: as teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos**. MinervaCoimbra, 2000.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

TRAVANCAS, Isabel. **Suplementos e leitores**. Rio de Janeiro: UERJ, 2000. Disponível na Biblioteca Online de Ciências da Comunicação.

VILLAR, Roberto. **Jornalismo Ambiental – Evolução e Perspectivas**. Disponível em: <http://www.agirazul.com.br/artigos/jorental.htm>

WALDMAN, Maurício. **Meio Ambiente e Antropologia**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. (Série Meio Ambiente; 6)

ANEXO I

Dados apreendidos na análise do suplemento JB Ecológico, nov.2009 (26/11/09)

Reportagem		Páginas	Editoria	Imagens
1.	“Brasil é a última esperança”	4 (p.12-15)	Páginas Verdes	3 (fotos)
2.	Pragmatismo verde	6 (p.20-25)	Especial – Mato Grosso	7 (fotos)
3.	Fogo sustentável	3 (p.26-28)	Especial – Mato Grosso	4 (fotos)
4.	Benção que vem do céu	3 (p.30-32)	Consumo consciente	4 (1 infográfico)
5.	Brasil é o sucesso no Dow Jones	1 (p.33)	Economia e Meio Ambiente	1 (imagem paga)
6.	O início de uma nova era	4 (p.36-39)	Especial COP15	3 (01 página e ½)
7.	Mitigação	2 (p.40-41)	Especial COP15	1 (página inteira)
8.	Adaptação	2 (p.42-43)	Especial COP15	2 (01 página inteira)
9.	Gestão Florestal	2 (p.44-45)	Especial COP15	2 (01 página inteira)
10.	O que os países estão prometendo	2 (p.46-47)	Especial COP15	1 (½ página vertical)
11.	Mergulho no verde	1 (p.56)	Moda e ecologia	1
12.	Natureza fantástica	3 (p.58-60)	Ensaio fotográfico	6 (01 página dupla)
13.	Monteiro Lobato: o profeta do sítio	4 (p.62-65)	Memória iluminada	3 (01 página inteira, 01 ilustração)
TOTAL	15 (71,5%)	37 (55%)	8 (50%)	39 (62%)
TOTAL SUPLEMENTO	21*	67**	16	63***

*Considerando editorial, articulistas, notas e matérias pagas

** Incluso páginas publicitárias

***Não incluso publicidade (assim como fotos de matérias pagas e do índice)